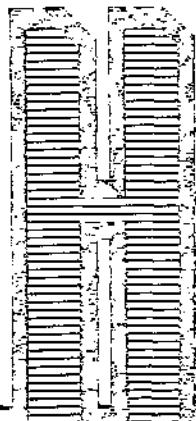




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 123

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 1 DE OUTUBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 296^a SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Artigo publicado na revista *IstoÉ* intitulado “Retrato Proibido da Fome”.

DEPUTADO GERSON PERES — Observações sobre a realização de encontro entre Ministros de Estado e lideranças políticas, com a finalidade de debater a reforma tributária.

DEPUTADO JOSIAS LEITE — Instalação, em Brasília, do VI Congresso Brasileiro dos Economistas.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Quadro publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sobre a atuação desenvolvida por Parlamentares paulistas na Câmara dos Deputados.

1.2.2 — Ofício da Liderança do PFL no Senado

Referente à substituição de membros em Comissão Mista.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura da Proposta de Emenda à Constituição

Nº 82, de 1985, que dá nova redação ao art. 92 da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatorio.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista

1.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 53 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 297^a SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 21/85-CN, aprovando os textos dos Decretos-leis nºs 2.149, de 3-7-84, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências; e 2.177, de 3-12-84, que altera os valores e percentuais constantes do anexo ao Decreto-lei nº 2.149, de 3-7-84, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/85-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.152, de 18-7-84, que estende o prazo limite fixado no Decreto-lei nº 1.825, de 22-12-80, que isenta do imposto de renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás. Votação adiada por falta de quorum.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 296^a Sessão Conjunta, em 30 de setembro de 1985

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Octávio Cardoso

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderval Jurema — Guilherme Palmeira — Albaldo Franco — Louival Baptista — Heráclito Rolemberg — Jutah Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Itamar Franco — Murió Badaró — Severo Gomes — Mauro Borges — José Fragelli — Marcelo Miranda — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Piauí

Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ceará

Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Heriberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansuete de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Bataíba Góis — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PFL; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Celso Peçanha — PFL; Denílson Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Darío Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Oswaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardão — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Aurélio Peres — PC do B; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Reichenberg — PMDB; Tídei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Itirival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sául Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanus — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PFL.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platão — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — As listas, de presença acusam o comparecimento de 36 Srs. Senadores e 202 Srs. Deputados. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado, José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A revista *IstoÉ*, desta semana, traz uma matéria que deve merecer a nossa profunda reflexão, sob o título de "Retrato Proibido da Fome".

Duas questões se ressaltam nessa matéria. A primeira: durante anos o IBGE manteve uma pesquisa censurada, dados relativos à fome no Brasil, censurada, guardada, para não divulgar uma realidade que já estava estampada na vida e na face das pessoas. O segundo ponto, Sr. Presidente, são os dados revelados pela matéria. Claro que é uma matéria jornalística, resumida sobre os quatro volumes que compõem o estudo das informações não estruturadas do ENDEF e da sua integração com os dados quantitativos. Essas informações retratam como ficou o povo deste País, como é a situação dramática, em que há momentos, há dados, há trechos em que a situação da fome no Brasil é comparada com Bangaladesh.

Nós vamos solicitar ao IBGE o acesso a todas essas pesquisas e estudos, porque achamos que a sociedade brasileira, em especial o Congresso Nacional, tem a obrigação de ter acesso a todas essas informações. E nós devemos chamar também a opinião pública à necessidade de tomar medidas sérias contra o drama da fome no Brasil. A recessão, a crise econômica, a seca, as enchentes, tudo isso contribui para formar um quadro de miséria surpreendente na história da população brasileira.

Esses dados, Sr. Presidente, são sérios, essa matéria é da maior importância. Está na hora de nova direção do

IBGE fornecer a todos os Deputados desta Casa os dados completos dessa pesquisa que ficou censurada, ficou guardada durante sete anos.

Gostaria de parabenizar a revista *IstoÉ* pela publicação dessas informações e chamar a atenção para a necessidade de serem conhecidos todos esses trabalhos e refletirmos sobre a necessidade de medidas urgentes, profundas, imediatas, para enfrentar o drama da fome no Brasil.

E, para concluir, solicito que essa matéria da revista *IstoÉ* seja transcrita nos Apais do Congresso Nacional. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOINO EM SEU DISCURSO:

RETRATO PROIBIDO DA FOME

Mantida em segredo durante onze anos, pesquisa do IBGE revela quadro dramático da miséria do país

O barraco de pau-a-pique de três cômodos onde à noite se estendiam as oito redes dos membros da família de Geraldina Pereira do Couto recebeu uma visita inusitada naquela tarde de meados de 1974. Era um funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciar a dona Geraldina que, entre os milhares de barracos da favela de Pirambu em Fortaleza, ela tinha sido sorteada para entrar no Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). Tratava-se da maior pesquisa jamais feita sobre alimentação no Brasil. Com um investimento estimado em 20 milhões de dólares, nada menos que 1.200 pesquisadores acompanharam, mediram e pesaram a comida de 55 mil famílias de todos os níveis de renda do país. Dona Geraldina, que então estava com 45 anos e era viúva recente, vivendo com uma pensão de meio salário mínimo deixada pelo marido, quase não tinha o que mostrar para o pesquisador que passou uma semana com sua balança portátil no barraco de Pirambu. Envergonhada, às vezes pedia aos vizinhos alguma comida, para o pesquisador não ir embora sem ter pesado nada o dia inteiro. Os filhos, sete, entre 3 e 13 anos, catavam siriis na praia próxima para cozinhar com água e sal. Houve dias, porém, que nem isso havia para pesar.

Situações idênticas foram encontradas na maioria das casas visitadas pelos pesquisadores e descritas minuciosamente em seus relatórios. A soma desses testemunhos, feita pelo coordenador do ENDEF, Luís Parga Nina, oferece um quadro meticoloso da miséria brasileira em plena temporada do "milagre econômico". Esse trabalho, que Parga Nina considera um dos resultados mais importantes do ENDEF e do qual foram impressos somente 250 exemplares, permaneceu, no entanto, até esta semana, totalmente desconhecido da opinião pública, mofando nos porões do IBGE — ou convenientemente esquecido pelos poucos cientistas que a ele tiveram acesso. O atual diretor de Censo Demográfico e um dos organizadores do ENDEF, Maurício Vasconcellos, 33 anos, não tem dúvidas em afirmar: "A divulgação do trabalho era proibida".

Não é difícil perceber as razões dessa censura científica. Embora os ex-diretores do IBGE Isaac Kerteneck e Jessé Montello aleguem apenas "falta de interesse na divulgação" ou "defeitos técnicos", os quatro volumes do Estudo das Informações não estruturadas do ENDEF e de sua integração com os dados quantificados — título do trabalho de Parga Nina — estão pontilhados de tragédias cotidianas, como a registrada por um pesquisador em Candeias, na Bahia: "A mulher havia mandado um recado para a supervisora ir até sua casa; lá chegando, encontramos uma mulher chorando. A criança havia morrido de fome. Esse quadro se repetiu outras vezes". E não foi apenas no Nordeste que os pesquisadores anotaram suas observações, que acabaram sepultadas nos porões do regime. Ao abrir mais essa gaveta da ditadura, *IstoÉ* levantou, por exemplo, que onze anos atrás, em Alvorada, no rincão Rio Grande do Sul, "as crianças chegavam a comer casca de batata cozida, devido à miséria e à fome". Isso quando não recorriam a recursos extremos para mitigar a fome. "Uma família em Porto Feliz", São Paulo, registraram os pesquisadores, "tanta era a fome e o desespero por carne, que eles comiam ratos. Queremos frisar bem que não era pré". Em Goiás, na região de Mossamedes, um relatório conta que os pesquisadores, ao visitar uma família, verificaram que mãe e filho comiam telha: "Seus dentes acabaram todos", diz o rela-

tório, "restando só cacos". No Ceará, outra equipe registrava: "A alimentação na área é precária. Grande também é o número de pessoas que comem barro, carvão, sabão e outras coisas".

Na análise feita pelo professor Parga Nina, dos 609 relatórios pessoais no primeiro semestre do ENDEF, entre os 2.247 itens que abordavammeticulosamente o tópico alimentação, nada menos do que 37,5% mencionavam uma situação de penúria alimentar. Os itens que mencionavam "alimentação boa" não chegavam a 9% do total de referências (ver quadro da página 33). Penúria alimentar é tecnicamente definida como uma situação em que o entrevistado fala em fome ou então o pesquisador detecta seus sinais evidentes. Passados onze anos de silêncio, o panorama não mudou — indício de que o governo federal tornou-se responsável por mais uma década inteira perdida na batalha para melhorar a vida dos brasileiros. Noely Ribeiro Denizot tinha 22 anos e era estudante universitária quando pesquisou para o ENDEF. "A experiência mudou minha cabeça", afirma hoje, já formada em nutrição e saúde pública. Na semana passada, ela voltou a Campos Elísios, distrito de Caxias, na Baixada Fluminense, para encontrar-se com uma de suas entrevistadas. Creuza Barros da Silva, hoje com 48 anos, Creuza disse que tudo piorou. Seu marido, que era porteiro de prédio, ganhava o suficiente para comprar carne. "Hoje só comemos carne no dia do pagamento, assim mesmo uma coisinha de nada", reclama.

Noely e Creuza encenavam semana passada na vida real a fotonovela que a atriz Regina Duarte — então a "namoradinha do Brasil" — estrelou para divulgar o lançamento do ENDEF. Além de anúncios na televisão, ela apareceu numa revista com dezenas de páginas, especialmente editada para a ocasião, onde fazia o papel de pesquisadora e explicava os motivos da visita dos funcionários do IBGE. Por coincidência, a novela Roque Santeiro, que hoje a tem no papel da viúva Porcina, foi censurada em setembro de 1975, quando acabava a pesquisa do ENDEF, e só viria a ser liberada agora, mesma época em que a democracia também chegou à administração do IBGE. Sobre esse seu papel de estrela da fotonovela do IBGE, ela se recorda pouco: "Me lembro que dizia algo como 'Abra sua porta para o IBGE', explica Regi-

na. Por sua influência ou não, o fato é que a pesquisa teve um índice de aceitação inusitado — ainda que os resultados tivessem sido tão zelosamente escondidos quanto a presença de Roque Santeiro vivo na cidade imaginária de Aia Branca. Dos 65 mil domicílios selecionados, quase 60 mil aceitaram colaborar com os pesquisadores, fornecendo as 55 mil famílias que figuram na pesquisa. Os dados fabulosos fornecidos por ela continuam, entretanto, subutilizados. Apenas os números básicos, que serviram para calcular as proporções de alimentação no orçamento dos trabalhadores quando o governo resolveu adotar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — em 1979 —, são mencionados nos textos oficiais do IBGE. Entretanto, Maurício Vasconcellos, atual diretor de Censo Demográfico, lembra que seus pesquisadores preparam um estudo completo, em 1982, relacionando nível de renda com alimentação, onde provavam que, em alguns locais, grupos de trabalhadores com baixo rendimento sobreviviam com níveis de nutriente abaixo do que a Organização Mundial de Saúde julgava possível para que um ser humano continuasse vivo. Ou seja, há brasileiros que vivem como se estivessem em Bangladesh numa sociedade que exporta computadores e ensaias satélites. Este projeto foi apresentado em 1982 para entrar na fila do computador, mas nunca conseguiu uma autorização de algum diretor. Vasconcellos lembra também o caso do francês Patrik François, técnico da FAO, encarregado de acompanhar o ENDEF, que fez um estudo sobre a situação de desnutrição no Sul do País — e nunca conseguiu que o IBGE sequer mandasse traduzir seu trabalho.

O técnico da FAO, hoje, teria provavelmente que reescrever seu trabalho. A maioria dos pesquisadores que por iniciativa própria ou a convite do IBGE voltaram aos locais onde fizeram entrevistas em 1974 encontrou a situação piorada. "Na época da pesquisa", diz Paulo Guaraci Moraes Cardoso, 33 anos, técnico do IBGE, "encontramos umas pessoas que se alimentavam de lixo. Hoje esse número se multiplicou", argumenta, exibindo como prova o crescimento do aterro sanitário de

Brasília, a 34 quilômetros do Palácio do Planalto, entre Ceilândia e Taguatinga, onde milhares de pessoas vão catar comida no meio do lixo — coisa que não acontecia tão acintosamente há 11 anos. Em Candeias, a 60 quilômetros de Salvador, próximo ao polo industrial de Aratu, onde a equipe do ENDEF presenciou a morte de uma criança em 1974, não seria difícil ver repetida agora a mesma cena. Dona Maria dos Santos, 31 anos, seis filhos vivos, conta a morte de dois filhos nos últimos dois anos: "Perdi os dois mais novos; a menina, Maísa, morreu de verminose. Edvan morreu em maio deste ano, de desnutrição. Ficou internado oito dias, mas não resistiu". Dona Áurea Evangelista Pimentel, 65 anos, moradora antiga no local, se lembra bem da equipe do IBGE que participou da pesquisa e que assistiu à morte da criança. "Morreu de fome. Era filha de uma pessoa que veio do sertão e não tinha nada", confirma ela. Marlene Vaz, 43 anos, foi coordenadora da região de Candeias na época da realização do ENDEF e também não se esquece do caso da morte da criança. "Depois de tudo isso, ver que o nosso trabalho não foi aproveitado é de revoltar", protesta Marlene, que atualmente é assessora do delegado regional do IBGE, na Bahia.

A frustração dos que participaram do ENDEF pela censura ao trabalho é agora praticamente unânime. A começar pelo coordenador, Parga Nina. Embora manter-se reservado, ele traí seu desencanto e admite que "este trabalho marcou definitivamente a vida de todos nós". O sonho da turma era participar de um mutirão que ajudasse o Brasil. "Vivemos uma aventura épica", empolga-se Parga Nina, que se desligou do IBGE quando Jessé Montello assumiu sua presidência, em 1979. Agora ele dirige um grupo de ciências sociais na PUC do Rio de Janeiro. E sustenta que, em 1974, "já podíamos afirmar que, pela primeira vez, a fome se configurava como um fenômeno presente na grande maioria dos lares brasileiros". A pesquisa, conforme Parga Nina, revelou um Brasil desconhecido até pelas teorias sociais vigentes e sistematizou, pela primeira vez, os dados relativos ao modo de vida da população pobre. "As relações mais contundentes dos relatórios", diz ele, "tinham e têm o objetivo de sensibilizar as autoridades para o problema da fome". No Sul do País, numa fazenda de café no Paraná, os pesquisadores registraram que "certos empregados, quando a fome era demasiado forte, no trabalho, eles comiam folhas de café, que tinha gosto de torresmo". Em Santa Catarina, os entrevistadores encontraram uma família esfomeada: "Não tendo do que se alimentar, eles comeram o miolo de uma planta chamada xaxim". Para enganar a fome, as pessoas tomavam água, em diversas partes do País. No Rio de Janeiro, os pesquisadores mostraram que também havia fome. "Ali vivem três pessoas", dizia um relatório, "na mais completa promiscuidade, se alimentando de folha de batata-doce". Em Volta Redonda (RJ), uma família consumia lavagens de porco. Os entrevistadores dão um retrato de uma casa pesquisada em Minas Gerais: "Um domicílio tipo palhoça localizado dentro do matagal, cuja família alimenta-se frequentemente de talos e folhas de abóbora e chuchus, não possuindo roupas para serem trocadas".

Um dos relatórios mais tocantes, incluído no estudo jamais divulgado de Parga Nina, descreve a situação de dois velhos no distrito de Apoti, pequeno povoado no interior de Pernambuco: "Trabalharam até quando puderam. Não tinham mais a mínima condição de se manterem em pé, devido à fome. Hoje, esperam a ajuda de Deus e de quem queira fazer caridade". Parga Nina procurou manter até a linguagem dos relatórios, mesmo com erros de português, para conservar a força dos depoimentos. A pesquisadora que trabalhou em Apoti, Maria de Lourdes Feitosa de Almeida, com 45 anos hoje, voltou semana passada ao local, a 64 quilômetros do Recife, na região do Sertão, onde terminou seu trabalho em agosto de 1975. Para ela, "é o mesmo bolsão de pobreza e de miséria onde muita gente ainda morre de fome". Maria de Lourdes pôde, no entanto, encontrar uma mudança positiva: a pensão vitalícia para viúvas, que garante pouco mais de 160 mil cruzeiros ao beneficiado. Amélia Maria da Conceição, 75 anos, não parece concordar. Teve dez filhos, e só três sobreviveram. "Morriam ao nascer dos dentes", lembra ela. Num pequeno cômodo de sua casinha de taipa, sem água encanada ou energia, ela resume sua vida simples: "Sempre passei necessidade". Na verdade, se não fossem os vizi-

nhos, pouco menos miseráveis que ela, Amélia não teria sequer um gole de café ou um pouco de feijão, cozido em água pura.

Mas não são apenas os velhos, que já não podem trabalhar, que passam fome. "Fome não respeita idade", diz um dos relatórios do Ceará. "Dizem que as crianças aqui caçam minhocas para comer no inverno." Tucunduva, distrito de Caucaia, a 40 quilômetros de Fortaleza, pode ser um desses lugares. Eduardo Sérgio de Alencar, 45 anos, assistente técnico do IBGE, participou do ENDEF como pesquisador e como supervisor depois. Ele identifica Tucunduva como uma das áreas mais miseráveis do Ceará. Na quarta-feira passada, ele voltou. Encontrou as crianças tão esfomeadas quanto antes. Uma família de 14 pessoas tinha dois preás e um punhado de feijão para o almoço. Só trabalham o pai e os dois irmãos mais velhos, de 18 e 16 anos. A mãe, Maria Marçal Alexandre, de 46 anos, diz que os preás são apenas para os mais velhos, que estão trabalhando. "Os mais novos a gente põe uma farinhazinha, um açuquinha na boca e só isso." Para a semana a família tinha 6 quilos de feijão e nada mais. Ela diz que com o excesso de chuva o feijão e o milho se perderam. "Tem dia que não tem nada para comer", confessa Maria, explicando que mora de favor na fazenda de um proprietário que nem conhece. Ela é a mãe de Lucivando, o garoto de 7 anos que aparece na foto de capa segurando o roedor que lhe dará as proteínas do dia.

"Dá dó na alma", diz Eduardo Sérgio, que é geógrafo, com curso de pós-graduação na Universidade do México. Ele diz que alguns relatórios do ENDEF falavam até de crianças que se alimentavam algumas vezes de fezes. Mauricio Vasconcellos confirma, no Rio, que soube de um relatório de uma pesquisadora que ficou estarrada quando viu duas crianças brigando pelas suas fezes. Eduardo Sérgio diz que o que viu durante o ENDEF o fez desacreditar de tudo. Ele agora é hipertenso, procura se manter afastado de política e se dedica ao futebol de salão.

Eduardo foi supervisor do ENDEF também na favela de Pirambu, onde mora dona Geraldina. Onze anos depois, sua vida não melhorou. Agora tem 56 anos. Sua filha mais velha, Aila, já tem o primeiro neném, de poucos meses, provavelmente na prostituição. Ela mesma já teve outro filho, hoje com 4 anos. Na semana passada houve um imprevisto que piorou sua situação. Roubaram sua carteira, onde estavam os 160 mil cruzeiros da pensão do marido morto. Na quarta-feira não tinha o que comer em casa. Aila voltou a catar siri na praia. Mas, como a saída de toda a favela é a cata na praia, praticamente só restam siris minúsculos. "Só dão um pouco de gosto na água com sal", explica ela. Aila diz que espera completar 18 anos para trabalhar na fábrica de castanha de caju.

No centro do Brasil, o panorama não é tão diferente do Nordeste. A rotina de Paulo César do Carmo, 11 anos, é acordar às 7 horas, sair do barraco onde mora com a mãe, lavadeira, andar 800 metros e começar a brigar pelos produtos aproveitáveis que são despejados no aterro sanitário de Brasília. Do lixo ele tira latas, papéis e alimento, e pode arrecadar 15 mil cruzeiros por dia. Na quarta-feira ele tirou a sorte grande: encontrou um saco de pipocas, pela metade, no meio do entulho. "Isso af eu não como nem em dia de festa", dizia com os olhos brilhando.

É impressionante também que os pesquisadores do ENDEF e seus chefes, gente como Eduardo, de Fortaleza, Maria de Lourdes, do Recife, Paulo Guaraci, de Brasília, e Noely Denizot, do Rio, além do coordenador Parga Nina, tenham sofrido calados por tanto tempo. A censura da parte negra do ENDEF resistiu à abertura democrática, à anistia, às eleições de 1982, à campanha das diretas, à fundação da Nova República e só foi quebrada numa conversa casual. O silêncio consentido de quem participou do ENDEF é em parte o resultado da banalização da tragédia alimentar brasileira — escancarada depois da seca que bateu o Nordeste nos últimos cinco anos. Mas há outro ingrediente: quem participa de pesquisas neste País sabe de antemão que elas não servem para grande coisa. É a pequena burocracia em ação, trabalhando para sobreviver tanto nas ditaduras como nas democracias. Para quem vive nela, banal é a censura.

Ricardo Lessa.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Preocupa-me sobremodo a posição das lideranças políticas em discutirem o problema da reforma tributária fora do âmbito do Congresso Nacional, à sombra da penumbra e, talvez, até à base de um pouco de whisky e de papos informais, autoridades, como Ministros de Estado e Líderes de Partidos, resolvem, em petit comité, estabelecer normas prévias para, depois, trazerem ao Congresso Nacional as suas decisões e acharem que nós, aqui, devemos acatá-las ou aceitá-las.

Parece-me que cometem um grave erro nessa transição, Sr. Presidente, pois essas Lideranças têm um compromisso na reconquista do prestígio do Parlamento e do Congresso, na reconquista das suas prerrogativas, e esta Casa, tanto o Senado como a Câmara Federal, têm comissões especializadas, como a de Fiscalização Orçamentária, a de Economia, a de Finanças, onde deveriam se reunir os Ministros com os Líderes, sob os olhares dos Parlamentares, para tratarem de matéria tão relevante e da mais alta indagação, no momento em que estamos transitando de um período autoritário para uma consolidação democrática.

Não é possível que se faça como anteriormente, o que tanto se condenou, que nós antes vivíamos no quintal da Velha República, parece que agora querem nos colocar na cozinha da Nova República, sem integrar os compromissos assumidos com a realidade em que vivemos. A reforma tributária não pode ser discutida da maneira como está sendo discutida. E lá o Presidente da Frente Municipalista ainda chega a dizer que vai decidir sob que matéria, sob que modo se vai processar a votação. Estabelecem-se dois blocos de iniciativas: o primeiro para se verificar como vão ser utilizados os impostos como TRU, o ISTR, o ISS além de outras taxas de autarquias estaduais e federais, como vão ser aplicadas; no segundo bloco vão decidir se aumentam os tributos ou não, se vai ser integrado ao novo índice, mais 1% do Fundo de Participação dos Municípios ou não. E os Deputados que são os donos da decisão, são os representantes do povo, ficam marginalizados do debate profícuo que se deveria dar em torno da matéria. A reforma tributária como está sendo discutida, não levará a bom termo a decisão desta Casa. Ela deveria ser discutida aqui, dentro das Comissões, com as Lideranças do Senado, dos diversos Partidos políticos. Nem sequer as Lideranças foram convocadas para esse debate, e essa matéria depende muito da decisão do Senado, pois irá bater lá para ser discutida e deliberada. E não fica bem que o Ministro do Planejamento, Sr. João Sayad, que o Ministro da Fazenda, em manga de camisa, numa sala, numa residência, ora na casa do Ministro, ora na casa do ilustre autor da emenda, discutam o acordo de Lideranças, Sr. Presidente. É um erro grave — vou terminar — e aqui deixo a minha crítica, o meu protesto, contra essa maneira de conduzir um problema da mais alta relevância. Ao invés do Ministro do Planejamento e do Ministro da Fazenda virem aqui, à Câmara, somos nós que vamos até eles. Matéria que nos diz respeito, que é de interesse dos municípios, aos homens públicos, está sendo discutida à maneira maçônica, de maneira sigilosa. Não concordamos com isso, e amanhã se Deus quiser...

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — O tempo de V. Exª já terminou, nobre Deputado.

O SR. GERSON PERES — Já vou concluir, Sr. Presidente. Voltaremos a esse assunto trazendo os dados que são discutidos lá e os dados que temos, que contrariam, inclusive, as previsões estabelecidas quanto à distribuição desses recursos pelos Estados e Municípios.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Josias Leite.

O SR. JOSIAS LEITE (PDS — PE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Foi instalado hoje às dez horas, pelo economista Décio Garcia Munhoz, da UnB, no Centro de

Convenções de Brasília, o Sexto Congresso Brasileiro dos Economistas, prevendo-se um comparecimento de 2.500 Economistas, segundo declaração do Dr. Paulo Timm Presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. Aquele economista adverte que os economistas brasileiros não vão avaliar medidas do Governo, como a de inscrever o custo da Dívida Pública, próprio do orçamento monetário da União, no orçamento fiscal, adotada na proposta orçamentária para 1986, que o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional.

Explica também o Dr. Paulo Timm que a proposta do Governo joga o ônus do giro, sobrecarregado pelas altas taxas de juros no open market, nos ombros do contribuinte.

Tudo isso para justificar a elevação da carga tributária, penalizando ainda mais, uma população já tão sacrificada.

Essa desorganização, aponta Paulo Timm, está patente com os números que chegou a dívida pública, consolidada em 60 por cento do PIB, o déficit recorde de Cr\$ 200 trilhões previsto para 1986 e a taxa de expansão monetária deste ano, em torno de 280 por cento.

Ele acredita que dentro desse quadro não há espaço para a queda da inflação que, na sua opinião, vai atingir um patamar nunca registrado anteriormente na História do Brasil, e não vê possibilidade de retorno positivo das medidas que têm sido tomadas, entre as quais cita os pactos e os acordos de cavalheiros. As quais são medidas paliativas que exemplificam bem o estreito universo de alternativas em que o Governo está envolvido.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Com referência a este Congresso, o fato que me chamou mais atenção foi que o Ministro João Sayad convidado para participar deste Encontro e segundo noticiário da imprensa não vai comparecer, furtando-se em consequência a debater com seus colegas economistas a proposta orçamentária que o Governo envia ao Congresso, inclusive o déficit orçamentário de Cr\$ 211 trilhões e que estratégia adotou para projetar uma inflação média de 160 por cento quando a atual está em torno de 230 por cento; para diminuir o déficit tem que além de cortar gastos públicos terá que aumentar impostos, o que fará subir a inflação a um patamar mais alto do que o atual. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O jornal a Folha de S. Paulo de domingo, portanto, de ontem, publica um quadro em que resume a atuação dos Parlamentares paulistas que estão na Câmara dos Deputados. E, nesse quadro apontam-se, ao conhecimento do público, os pronunciamentos, os projetos de lei e das ausências tidas, em determinado período, pelos referidos Parlamentares. Eu gostaria de registrar o meu apreço e até o meu aplauso pela nova forma que a Folha de S. Paulo encontrou de revelar ao eleitorado paulista a atuação dos seus Parlamentares.

É verdade que existem algumas falhas, o que não é difícil num trabalho dessa monta e, evidentemente, exigiu por parte do jornalista da Folha de S. Paulo, uma pesquisa realmente difícil de ser levantada nesta Casa. Mas, no meu caso específico, eu gostaria de fazer uma ressalva, embora nós estejamos sendo apontado como o Deputado mais presente em todas as sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, foram a mim atribuídas, durante o período de 2 a 26 de setembro, 5 faltas e, na realidade, nós só faltamos nos dias 5, 6 e 7 de setembro, isso porque, neste período nós estávamos participando das festividades da Semana da Pátria e das festas de aniversário de muitos municípios paulistas, entre eles Nipoá Jaci, Neves Paulista, Mirassol, Tanabi, Bália-mo e São José do Rio Preto, que é a minha cidade natal.

Acredito que desta forma, realmente, ao invés de mostrar simplesmente as ausências que existem, o jornal evoluiu para mostrar a atuação dos Parlamentares e, nesse aspecto merece a nossa aprovação.

Eu gostaria, para encerrar este meu pronunciamento de chamar a atenção deste Plenário para o problema dos

loteamentos irregulares em Brasília. Embora nós sejamos um Parlamentar de São Paulo, essa matéria está a merecer um estudo de nossa parte e já no dia de amanhã nós deveremos apontar, ao Congresso Nacional, a solução ideal para resolver o problema dos loteamentos clandestinos e irregulares existentes em Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário

É lido o seguinte

OFICIO

Brasília, 30 de setembro de 1985

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Marcondes Gadelha e Eunice Michiles, pelos nobres Srs. Senadores Américo de Souza e Nivaldo Machado, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 26, 27, 28 e 29, de 1985, que "Su prime" as medidas de emergência, o Estado de Emergência e o Conselho Constitucional, instituindo o Estado de Sítio, decretado pelo Congresso Nacional, como única salvaguarda do Estado; altera e acrescenta dispositivos à Constituição; revoga os artigos 155 e 158 da Constituição, que dispõe sobre medidas coercitivas e Estado de Emergência; altera e exclui dispositivos da Constituição, relativos às medidas e ao Estado de Emergência".

Aproveita a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Jutahy Magalhães, vice-Líder do PFL no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 1985.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 72, § 1º, alínea b, do Regimento Comum, a proposta teve preferência para recebimento em virtude de estar subscrita por 46 Senhores Senadores e 330 Senhores Deputados.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, de 1985

Dá nova redação ao art. 92 da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 92 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 92. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou ao serviço agrícola, ou outros encargos necessários à segurança e desenvolvimento nacionais, nos termos e sob as penas da lei.

§ 1º Lei Complementar disporá sobre serviço agrícola que será prestado alternativamente com o serviço militar, gerando os mesmos efeitos legais.

§ 2º As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz e do serviço agrícola, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir."

Justificação

É inequívoca a vocação agrícola do Brasil. País de substancial extensão de terras, em grande parte cultiváveis ou próximas para o pastoreio.

Entretanto, apesar dessas condições favoráveis não só de solo, mas também de clima, a produção agrícola brasileira está muito aquém das nossas possibilidades.

É isso se deve a uma série de fatores, dentre os quais avultam a obsoleta estrutura fundiária e a falta de aptidão ou de condições de parcela apreciável da população para a labuta campesina.

Na verdade, a fim de que todos os brasileiros possam gozar de alimentação adequada e que ninguém mais, neste País, passe fome, é indispensável que se processe não apenas a reforma agrária — indispensável

para alterar a estrutura fundiária — mas que também seja criada uma nova mentalidade agrícola.

E, para isso, afigura-se-nos indispensáveis a instituição do serviço agrícola, alternativo ao serviço militar obrigatório.

É preciso ressaltar que enquanto temos um considerável estoque de terras ainda inexploradas, que o campo vem continuamente se esvaziando, com o autêntico exodo das populações de camponeses para as concentrações urbanas, pela absoluta falta de condições de trabalho no meio rural. E, lamentavelmente, os egressos das zonas agrícolas passam a sobreviver nos arrabaldes das cidades, engrossando o subproletariado urbano, o verdadeiro lumpesinato que alimenta a mendicância e a prostituição, configurando um dos mais dolorosos dramas sociais brasileiros.

Com base nos dados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE, as áreas não aproveitadas para fins agropecuários alcançam o percentual de 59%, conforme se deduz do quadro a seguir:

PADRAO DE UTILIZAÇÃO DA TERRA

BRASIL — 1980

Área de Estabelecimentos (hectares)	% da Área Total e/lavouras	% da Área Total e/pastagens	% não aproveitada para fins agropecuários
MENOS de 10	64,6	26,0	10,4
10 a menos de 20	45,3	22,5	32,2
20 a menos de 50	31,2	20,0	48,8
50 a menos de 100	21,2	19,1	59,7
10 a menos de 100	29,3	20,0	50,7
100 a menos de 200	16,1	37,4	48,5
200 a menos de 500	13,5	39,0	47,5
500 a menos de 1.000	10,7	37,8	51,5
100 a menos de 1.000	13,3	38,2	48,5
1.000 a menos de 5.000	7,9	37,7	54,4
5.000 a menos de 10.000	4,1	28,1	69,8
10.000 a menos de 100.000	2,1	13,6	84,3
1.000 ou mais	4,5	23,0	72,5
TOTAL	13,3	27,5	59,0

FONTE: Marcos C.C. Albuquerque. Agricultura Brasileira no período 1960/80. FAESP/FGV. Dados primários obtidos na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário. IBGE, 1982.

Não se trata evidentemente de condenar o jovem a uma colônia agrícola; mas, dar-lhe a oportunidade de descobrir um leque enorme de possibilidades e opções na vida que pelo aprisionamento na selva de pedra ele sequer sonha. Mesmo que o maior número dos que fizerem o serviço agrícola volte para a cidade, não resta dúvida que teremos uma população muito mais consciente de tudo que se refere a um país agrícola, bem como um consumidor muito mais atento e resguardado das explorações tão comuns nos dias de hoje; além de um grupo muito maior de defensores do meio ambiente e dos recursos naturais.

Quantos delinqüentes que superlotam as penitenciárias não estariam salvo e contribuindo hoje com o melhor futuro da Nação se já existisse essa lei?

Por outro lado, a mão-de-obra que tecnicamente permanece no campo é constituída por contingentes demográficos já envelhecidos, na faixa etária acima dos sessenta anos.

Esse quadro é bastante negativo, porque a mão-de-obra envelhecida está arraigada a práticas agrícolas antiquadas, presa à tradição e consequentemente esboça reação à adoção de novas tecnologias com vistas ao aumento da produção e da produtividade.

Sem dispensar a experiência e a dedicação da força de trabalho de faixa etária mais alta, precisamos reverter um pouco essa situação. Contingentes populacionais mais novos precisam voltar ao campo. Uma verdadeira "migração de retorno" precisa ser implementada para tentar alterar a estrutura produtiva da agricultura brasileira.

O art. 92 da Constituição Federal estabelece o Serviço Militar Obrigatório. Sabemos que esta atividade é essencial para a segurança nacional, configurando, também, excelente escola para a formação moral e até profissional do cidadão brasileiro.

Acontece que a dinamização de nossa agricultura, com vistas, principalmente, à ampliação da produção de alimentos, cons-

titui, hoje, também, algo intrínseco à segurança nacional. "Um estudo do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) calculou que, em 1984, a fome atingiu 86 milhões de pessoas e podia estar gerando uma sub-raça de brasileiros, cujos filhos eram 16% menores e pesavam 20% a menos que a média das crianças do País. O Ministro do Exército, General Walter Pires, alarmara-se ao constatar que até 47% das dispensas do serviço militar se deviam à carência nutricional dos convocados." ("O Regime da Fome". In: "Retrato do Brasil", v. 1, p. 64).

Dai a nossa proposta de alterar a redação do art. 92 da Constituição Federal, instituindo o "Serviço Agrícola Obrigatório", que será prestado alternativamente com o Serviço Militar Obrigatório.

O quadro das Forças Armadas não sofreu prejuízo porque o "Serviço Agrícola Obrigatório" seria prestado, preferencialmente pelo "excesso de contingente".

Lei complementar estabelecerá a operacionalização do "Serviço Agrícola Obrigatório".

Temos plena convicção de que, ao lado da reforma agrária, o serviço agrícola obrigatório consistirá na redenção da lavoura deste País, tornando-o, efetivamente, o decantado "celeiro do mundo".

Na verdade, é até imoral que num país como o Brasil haja milhões de crianças subnutridas e famintas, e que muitos brasileiros morram de inanição. É um autêntico crime contra a humanidade que precisa ser cobrado. O País pode, perfeitamente, triplicar a atual produção agropecuária, desde que sejam aplicados os instrumentos adequados.

Tais razões nos levam à certeza de que esta proposição, por sua relevância e pelos positivos efeitos que seguramente ensejará, merecerá a aprovação dos ilustres membros do Congresso Nacional.

DEPUTADOS: Moacir Franco — Júlio Martins — Adroaldo Campos — Airton Sandoval — Raymundo Astora — Raimundo Leite — Carlos Peçanha — Guido Moesch — Ruy Bacelar — Fernando Gomes — Irajá Rodrigues — Darcilio Ayres — Márcio Lacerda — Ralph Blasi — Cristina Tavares — Miguel Arraes — Jayme Santana — Aroldo Moletta — Félix Mendonça — Harry Amorim — Victor Faccioni — Nilton Alves — Milton Reis — Darcy Pozza — Sérgio Lomba — Francisco Dias — João Hermann Neto — Celso Barros — Carlos Wilson — Irapuan Costa Júnior — Elijusson Soares — Jônathas Nunes — Albino Coimbra — Orestes Muniz — Mauro Sampaio — Assis Canuto — Emílio Haddad — Maçao Tadano — Saramago Pinheiro — Pedro Germano — Gorgônio Neto — Dirceu Carneiro — Paulo Marques — Epitácio Cafeteira — Josué de Souza — Manoel Ribeiro — Irineu Brzesinski — Jorge Vargas — Casildo Maldaner — Eurico Ribeiro — Vingt Rosado — José Carlos Martinez — Roberto Freire — Arthur Virgílio Neto — Daso Coimbra — Ruben Figueiró — Albérico Cordeiro — Celso Peçanha — Horácio Matos — Wildy Vlanna — Nyilton Velloso — Genébaldo Correia — Nagib Haickel — Lúcia Viveiros — Theodoro Mendes — Simão Sesé — Léo Simões — Lázaro Carvalho — Henrique Eduardo Alves — Edme Tavares — Alcides Lima — Júnia Marise — Jorge Carone — Gerson Peres — Osvaldo Melo — Brabo de Carvalho — Hermes Zaneti — Antônio Osório — Rondon Pacheco — Luiz

Antônio Fayet — Santos Filho — Carlos Alberto de Carli — José Lourenço — Mendes Botelho — Walmor Giavarina — Israel Pinheiro — João Carlos de Carli — Djalma Bessa — Mozarildo Cavalcanti — Irineu Colato — Leônidas Rachid — Rita Furtado — Francisco Sales — Figueiredo Filho — Nosser Almeida — Joacil Pereira — José Ribamar Machado — Roberto Jefferson — Stélio Dias — Olavo Pires — Oly Fachin — Álvaro Valle — Jorge Leite — Renato Vianna — Paulo Zarzur — José Melo — Wagner Lago — Flávio Bierrenbach — Octacilio de Almeida — Jorge Cury — Fernando Carvalho — Rubem Medina — Anselmo Peraro — Aloysio Teixeira — Sebastião Nery — Márcio Braga — Moysés Pimentel — Celso Sabóia — Gastone Righi — Horácio Ortiz — José Maranhão — Virgílio de Senna — Júlio Caruso — Ademir Andrade — Carlos Eloy — Lúcio Alcântara — Melo Freire — Ronaldo Canedo — Vicente Quelroz — Hugo Mardini — Augusto Trein — José Tavares — Borges da Silveira — Dilson Fanchin — Max Mauro — Agnaldo Timóteo — Wilmar Palis — Sarny Filho — Norton Macedo — Hélio Correia — Etevílir Dantas — Leorne Belém — Aécio de Borba — José Luiz Maia — Eraldo Tinoco — João Faustino — João Herkulino — Farabulini Júnior — Adail Vettorazzo — Salles Leite — Gilson de Barros — Antônio Pontes — Mattos Leão — Joaquim Roriz — Márcio Mamedo — Randolph Bittencourt — Haroldo Lima — Sival Guazzelli — Alencar Furtado — José Frejat — Vieira da Silva — Pedro Ceolim — Emílio Gallo — Nelson do Carmo — Angelo Magalhães — Luís Dulci — Cássio Gonçalves — Oswaldo Murta — Antônio Dias — Leônidas Sampaio — Bocayuva Cunha — Darcy Passos — Navarro Vieira Filho — José Carlos Fagundes — Humberto Souto — Mário Hato — Wilson Vaz — Santinho Furtado — Inocêncio Oliveira — Mansueto de Lavor — Herbert Levy — Denisar Arneiro — Alércio Dias — Nadyr Rossetti — Rosa Flores — Bento Porto — Ibsen Pinheiro — Alair Ferreira — Fernando Collor — João Paganella — Jairo Magalhães — Amílcar de Queiroz — Jarbas Vasconcelos — Amadeu Geara — Alceni Guerra — Osvaldo Coelho — Renan Calheiros — Christovam Chiaradia — João Batista Fagundes — Ubaldo Barém — Ossian Araripe — Levy Dias — Iram Saraiva — Mário Juruna — Paulo Maluf — José Carlos Vasconcelos — Vicente Guabiroba — Walmor de Luca — Marcelo Linhares — Pedro Sampaio — Francisco Rollemberg — Aluizio Campos — Raul Belém — Nyder Barbosa — Ary Kiffuri — Ubaldino Melreles — Arnaldo Maciel — Alvaro Gaudêncio — Paulo Guerra — Ciro Nogueira — Walber Guimarães — Marcondes Pereira — Reinhold Stephanes — Vivaldo Frota — Gomes da Silva — Maluly Neto — Diogo Nomura — Léo de Almeida Neves — Oscar Corrêa Júnior — Gerardo Renault — Amaury Müller — Pedro Corrêa — Osmar Leitão — Raul Ferraz — Raul Bernardo — Wilson Falcão — João Rebello — Jorge Medauar — Rômulo Galvão — José Fernandes — Correia Lima — Wolney Siqueira — Homero Santos — Manoel de Souza — Renato Bernardi — Furtado Leite — Nelson Morro — José Machado — Magno Bacelar — Italo Conti — Francisco Erse — João Bastos — Carlos Vinagre — Natal Gale — Juarez Batista — Mário Frota — Renato Loures Bueno — Tidé de Lima — Clarck Platon — Agenor Maria — João Alberto de Souza — Genésio de Barros — João Marques — Cid Carvalho — Heráclito Forbes — Tapety Júnior — Jack

son Barreto — Antônio Mazurek — Jairo Azi — Carneiro Arnaud — José Ulisses — Irma Passoni — Paulo Melo — Carlos Virgílio — Oswaldo Trevisan — Jostas Leite — Floriceno Paixão — Francisco Amaral — Hélio Manhães — Siegfried Heuser — Plínio Martins — Cardoso Alves — Paulo Minarone — José Penedo — Antônio Gomes — Jorge Arbage — Milton Figueiredo — Geraldo Melo — Dímas Perrin — Ernesto de Marco — Afrísio Vieira Lima — Salvador Julianelli — Luiz Leal — José Burnett — Bayma Júnior — Luiz Sefair — Delson Scarano — Ludgero Raulino — Aécio Cunha — Juarez Bernardes — Jonas Pinheiro — Walter Baptista — Roberto Rollemberg — Maurilio Ferreira Lima — Aluizio Bezerra — Jorge Uequet — JG de Araújo Jorge — Rosário Congro Neto — Iturival Nascimento — Manoel Costa Júnior — Marcos Lima — Leur Lomanto — Alcides Franciscato — Ferreira Martins — Antônio Amaral — Márcio Santilli — Lutz Henrique — Cunha Bueno — Bonifácio de Andrade — Pratini de Moraes — Fernando Cunha — Ricardo Ribeiro — João Gilberto — Matheus Schmidt — José Mendonça de Moraes — Adhemar Santillo — José Carlos Fonseca — Jessé Freire — Brasílio Calado — Samir Achôa.

SENADORES: Albano Franco — Carlos Chiarelli — João Calmon — José Fragelli — Severo Gomes — Roberto Campos — Virgílio Távora — Nelson Carneiro — Fábio Lucena — Roberto Saturnino — Fernando Henrique Cardoso — Eunice Michiles — Humberto Lucena — Gastão Müller — Hélio Gueiros — Moacyr Duarte — Jutahy Magalhães — Altevir Leal — Marcelo Miranda — Alberto Silva — Raimundo Parente — Guilherme Palmeira — Alfredo Campos — João Lobo — Benedito Canevas — Alcides Paio — Mário Maia — Álvaro Dias — Américo de Souza — Galvão Modesto — Lenoir Vargas — Roberto Wypych — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Mauro Borges — Milton Cabral — Octávio Cardoso — Odacir Soares — Carlos Alberto — Enéas Faria — Henrique Santillo — Nivaldo Machado — Gabriel Hermes — Lomanto Júnior — César Cals — Heráclito Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida do estudo sobre a matéria.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Álvaro Dias, Martins Filho, Roberto Wypych, Mauro Borges e os Srs. Deputados João Divino, Júlio Maartins, Carlos Vinagre, Iturival Nascimento e Aroldo Moletta.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Moacyr Duarte, Benedito Ferreira, Moacyr Dalla, Jorge Kallume e os Srs. Deputados José Fernandes, Gerson Peres e Antônio Mazurek.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores Aderbal Jurema, Milton Cabral, Carlos Lyra e os Srs. Deputados Osvaldo Coelho e Bento Porto.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Deputado JG. de Araújo Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 30 de outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 18 ho-

ras e 53 minutos neste Plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 21, de 1985-CN (9ª Sessão); e 20, de 1985-CN (3ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

Ata da 297ª Sessão Conjunta, em 30 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Octávio Cardoso

ÀS 18 HORAS E 53 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderval Jurema — Guilherme Palmeira — Albano Fratoco — Louival Baptista — Heráclito Rolemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Mauro Borges — José Fragelli — Marcelo Miranda — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacellar — PFL.

Piauí

Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Lúdgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marçil — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Heriberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Man-

suetto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Celso Peçanha — PFL; Denis Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Dario Tayares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Seifair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Oswaldo Murtinho — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Aurélio Peres — PC do B; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rolemberg — PMDB; Tidéi de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswald Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephan — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PFL.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Harry Sauer.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — As listas de presença acusam o comparecimento de 36 Srs. Senadores e 202 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste Plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1985-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.155, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Passa-se

ORDEM DO DIA

Não há quorum em ambas as Casas para deliberação.

Nestas condições, as matérias da pauta, constituída dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 21 e 20, de 1985-CN, em fase de votação, deixam de ser submetidas a votos nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Octávio Cardoso) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00